

**CULTURA E CAPITALISMO DEPENDENTE: NOTAS PARA UMA TEORIA MARXISTA
DA DEPENDÊNCIA CULTURAL**

**CULTURA Y CAPITALISMO DEPENDIENTE: NOTAS PARA UNA TEORÍA MARXISTA
DE LA DEPENDENCIA CULTURAL**

**CULTURE AND DEPENDENT CAPITALISM: NOTES FOR A MARXIST THEORY OF
CULTURAL DEPENDENCY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48940>

Bruno Borja¹

Resumo: A teoria marxista da dependência nos legou um marco teórico-político para analisar as formações econômico-sociais latino-americanas, tratando a dependência como uma totalidade e captando as particularidades do modo de produção capitalista na região. No entanto, dentro dessa totalidade de análise, pouco espaço foi dado à cultura e à dependência cultural. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar, na relação entre cultura e capitalismo dependente, notas para uma teoria marxista da dependência cultural. A partir da definição de cultura enquanto modo de vida, procuro analisar a trajetória de desenvolvimento do capitalismo dependente e suas conexões com a dependência cultural.

Palavras-chave: Cultura. Dependência. Marxismo. Modo de vida. Dependência cultural.

Resumen: La teoría marxista de la dependencia nos legó un marco teórico-político para analizar las formaciones socioeconómicas latinoamericanas, tratando la dependencia como una totalidad y captando las particularidades del modo de producción capitalista en la región. Pero, dentro de esta totalidad de análisis, se dio poco espacio a la cultura y a la dependencia cultural. Así, el objetivo de este trabajo es presentar, en la relación entre cultura y capitalismo dependiente, notas para una teoría marxista de la dependencia cultural. A partir de la definición de cultura como modo de vida, intento analizar la trayectoria de desarrollo del capitalismo dependiente y sus conexiones con la dependencia cultural.

Palabras clave: Cultura. Dependencia. Marxismo. Modo de vida. Dependencia cultural.

Abstract: Marxist dependency theory bequeathed us a political-theoretical framework for analyzing Latin American social-economic formations, treating dependency as a totality and capturing the particularities of the capitalist mode of production in the region. However, within this totality of analysis, little space was given to culture and cultural dependency. Thus, the objective of this work is to present, in the relationship between culture and dependent capitalism, notes for a Marxist theory of cultural dependency. Starting from the definition of culture as a way of life, I seek to analyze the trajectory of development of dependent capitalism and its connections with cultural dependency.

Keywords: Culture. Dependency. Marxism. Way of life. Cultural dependency.

Para a teoria da dependência, e na medida em que ambos são frutos do desenvolvimento do capitalismo mundial, o imperialismo não é algo externo à dependência. Pelo contrário, o imperialismo permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas, de seu Estado, de sua cultura.

Ruy Mauro Marini, *América Latina: dependência e integração*, 1992, p. 90

Introdução

A interpretação da cultura se dá primordialmente na passagem do abstrato ao concreto. Ao tomar forma concreta, os processos de trabalho, produção e valorização do capital etc. assumem também a forma de uma cultura – histórica e socialmente determinada. Em termos marxistas, essa passagem do abstrato ao concreto está vinculada à conexão entre o modo de produção e as formações econômico-sociais, quando a análise mais abstrata do modo de produção capitalista em geral assume a forma concreta de formações econômico-sociais particulares. Portanto, é no campo das formações econômico-sociais que podemos interpretar a cultura produzida pelo modo de produção capitalista.

Desde a década de 1960 vem sendo elaborada na América Latina a teoria da dependência, comumente dividida em diferentes correntes, uma delas a teoria marxista da dependência (TMD), protagonizada por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, dentre outros e outras. Colocando a pesquisa do capitalismo dependente em outro patamar, a TMD nos legou um marco teórico-político para analisar as formações econômico-sociais latino-americanas desde uma perspectiva crítica e marxista, tratando a dependência enquanto uma totalidade e compreendendo a partir dela as particularidades do modo de produção capitalista na América Latina.

O estudo da formação e do desenvolvimento do capitalismo dependente no âmbito do sistema capitalista mundial pôs a necessidade de captar a legalidade própria do capitalismo dependente, isto é, uma dimensão particular das leis de desenvolvimento do capitalismo em formações econômico-sociais dependentes. No entanto, dentro dessa totalidade de análise, pouco espaço foi dado à cultura e seu condicionamento pela dependência cultural. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar, na relação entre **cultura e capitalismo dependente, notas para uma teoria marxista da dependência cultural**.

Para executar essa tarefa, meu ponto de partida é a definição de cultura enquanto modo de vida². Partindo da categoria modo de produção da vida material, tal como conceituada por Marx, podemos compreender que um modo de produção na verdade configura um modo de vida em sociedade, isto é, uma cultura. Por outro lado, a teoria marxista da dependência compreende o capitalismo dependente como uma particularização do modo de produção capitalista em formações econômico-sociais dependentes. Por esse caminho, vamos refletir sobre a relação entre cultura e capitalismo dependente, percebendo que os países dependentes estão sujeitos a um modo de vida particular, condicionado pela dependência cultural.

O artigo traça a trajetória de desenvolvimento do capitalismo dependente, tal como interpretada pelos clássicos da TMD, para buscar nela as conexões com a dependência cultural. Depois de uma seção sobre cultura e modo de vida, tratando das particularidades do capitalismo dependente, vamos seguir seu processo histórico, passando pelos antecedentes, pela transição e pelo desenvolvimento do capitalismo

dependente. Respectivamente, essas seções vão buscar interpretar a dependência cultural a partir da formação colonial, da economia exportadora e da industrialização dependente. Ciente dos riscos e das lacunas deste trabalho, ainda assim espero poder avançar com estas notas para uma teoria marxista da dependência cultural.

Cultura e modo de vida: a particularidade do capitalismo dependente

Para entender o modo de produção enquanto modo de vida, devemos partir da produção dos meios de subsistência e do trabalho como mediação entre ser humano e natureza, formando assim uma cultura. Considerada como o primeiro ato histórico, a produção da vida material constitui o núcleo da investigação de Marx sobre as diferentes sociedades, em particular a sociedade burguesa. Fundamento do materialismo histórico e de sua teoria social, construída na base da crítica da economia política, a categoria modo de produção sintetiza essa formulação. A rigor, Marx define a categoria como **modo de produção da vida material**, para analisar de que maneira seres humanos vivendo em sociedade fazem a produção e a reprodução de sua existência material. Antes de um determinismo econômico, essa perspectiva pressupõe que a produção da vida material condiciona – mas não determina diretamente – as demais esferas do ser social: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” (MARX, [1859] 1977, p. 24).

Neste sentido, dentro da totalidade complexa que constitui a sociedade, há uma prioridade ontológica do trabalho de produção da vida material. Essa centralidade do trabalho é alçada à condição de mediação universal entre ser humano e natureza, independente da formação econômico-social em análise. Evidentemente que, ao tomar uma forma histórica concreta, o modo de produção da vida material assume particularidades determinadas, configurando um modo de produção particular, no caso, o modo de produção capitalista, fundamento da sociedade burguesa e de seu modo de vida.

Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, [1846] 2009, p. 24-25, grifos no original)

Ao assumir uma forma concreta, o modo de produção da vida material se apresenta também como um modo de vida, isto é, uma cultura (BORJA, 2020). Segundo Raymond Williams (2007, p. 121) esse seria um dos sentidos modernos de cultura: “[...]um modo particular de vida, quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral [...]”. Um modo de vida expresso na relação das pessoas entre si e na sua relação com o meio físico, abarcando elementos como: moradia, alimentação, comunicação, transporte, processo de trabalho, lazer e usos do tempo livre, laços de sociabilidade, identidades de grupo, ritmo de vida etc.

No entanto, essa cultura não está isenta de contradições. Ao destacar *o que* produzem e *o como* produzem, Marx e Engels nos remetem ao desenvolvimento das forças produtivas e às relações sociais de produção em uma sociedade historicamente determinada. A transição ao modo de produção capitalista promove a difusão da relação social do capital e instaura contradições específicas no seio da cultura, formando diferentes classes sociais, cada qual com sua cultura de classe.

Em sua interpretação da formação do capitalismo, através da acumulação primitiva e do processo violento de expropriação dos meios de produção de subsistência dos trabalhadores, Marx analisa essas questões, especialmente a formação das classes sociais e dos mercados. A separação entre o trabalhador e a terra, principal meio de produção da subsistência, marca a mutação da servidão em assalariamento na Europa Ocidental, e instaura o capital como relação social de produção, realizando a transmutação das classes fundamentais do feudalismo, com a formação das classes burguesa e trabalhadora: proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

A separação entre trabalhadores e meios de produção está na raiz da formação do mercado de trabalho e do mercado interno. Diante da impossibilidade de produzir diretamente sua subsistência, a classe trabalhadora se vê impelida a vender sua força de trabalho enquanto mercadoria no mercado de trabalho, de modo que com o salário possa comprar suas necessidades básicas de subsistência: alimentação, moradia, vestimenta etc. – o que, por sua vez, vem a constituir o núcleo do mercado interno. Observa-se uma dupla mercantilização, tanto da força de trabalho, como dos meios de subsistência, origem do mercado de trabalho e do mercado interno.

Essa dupla mercantilização leva Marx a conceituar o valor da mercadoria força de trabalho como sendo determinado, não na esfera do mercado, mas na esfera de sua própria produção, em sua reprodução social, com seu valor equiparado ao valor de seus meios de subsistência:

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. [...] Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, [1867] 2013, p. 245)

Novamente, temos aqui a relevância da produção da vida material no materialismo histórico, com os meios de subsistência determinando o valor da mercadoria mais importante do modo de produção capitalista. Assim, Marx interpreta o consumo dos meios de subsistência pelos trabalhadores enquanto o momento de produção da mercadoria força de trabalho³. Podemos avançar ainda mais, ao perceber como Marx vai conceituar esses meios de subsistência, qualificados como meios de vida, essenciais para o modo de vida da classe trabalhadora, ou seja, para sua cultura de classe.

A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua

satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições, e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe de trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. (MARX, [1867] 2013, p. 246)

Vemos, assim, que para Marx o valor da força de trabalho contém um elemento cultural, para além de seu componente histórico e moral, tradicionalmente referido. Esse elemento cultural configura os costumes, os hábitos, as tradições, enfim, o modo de vida em que se formou historicamente a classe trabalhadora em determinado local. Metodologicamente, podemos desdobrar o modo de vida em dois momentos: primeiro, a cultura laboral, saber produtivo, formação profissional, costumes e tradições ligados ao processo de trabalho; segundo, as condições de vida em geral, como moradia, alimentação, estrutura familiar, educação, comunicação, transporte, lazer, usos do tempo livre etc.

Enquanto cultura laboral, o modo de vida da classe trabalhadora vai sendo alterado com o avanço do capital como relação social de produção dominante, expropriando progressivamente o saber produtivo da força de trabalho. Um processo interligado de alienação, exploração e subsunção, no qual ocorre uma modificação da cultura laboral do trabalhador. A alienação da força de trabalho em benefício do capital coloca em marcha a passagem da subsunção formal à subsunção real, quando o trabalhador perde controle sobre o processo de trabalho e sobre o ritmo de produção. A divisão social do trabalho fragmenta o trabalhador, que, transformado em trabalhador parcial, sofre uma queda em seu valor, com redução do custo de formação profissional. O advento da maquinaria conclui essa passagem à subsunção real, quando a força de trabalho vê seu saber produtivo incorporado à máquina como parte do capital. Temos aqui um importante elemento cultural do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, com redução do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo de trabalho excedente – apropriado pelo capital como mais-valor relativo.

Fora do espaço de trabalho, no âmbito do modo de vida particular da classe trabalhadora, em sua reprodução social como mercadoria força de trabalho, também podemos observar a importância da dimensão cultural na produção do mais-valor relativo. A redução do valor da força de trabalho através da redução do valor dos meios de subsistência tem sido uma prática efetiva de produção do mais-valor relativo, especialmente via aumento de produtividade no setor de bens-salário. No entanto, sendo o valor da força de trabalho determinado por componentes culturais, também o rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores pode ser um meio de redução do valor da força de trabalho, reduzindo o valor de seus meios de subsistência e, logo, o tempo de trabalho necessário na jornada de trabalho. Assim, o modo de vida da classe trabalhadora – suas condições de moradia, alimentação, educação, organização familiar, taxas de natalidade e mortalidade, expectativa de vida etc. – é determinante para o valor da força de trabalho e para a produção do mais-valor relativo.

Portanto, seja defendendo sua cultura laboral no processo de trabalho, seja defendendo seu modo de vida particular fora do espaço de trabalho, a cultura da classe trabalhadora se torna um ponto chave na dinâmica da luta de classes – uma cultura de resistência contra a exploração do capital.

Influenciado por Engels ([1845] 2010), que já havia realizado essa pesquisa, no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Marx analisa a brutal deterioração das condições de vida da classe trabalhadora inglesa em *O Capital*, apontando uma tendência ao pauperismo e à polarização entre duas culturas de classe distintas: de um lado a riqueza e o desenvolvimento cultural da burguesia; de outro, a pobreza e o rebaixamento cultural dos trabalhadores. “Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, [1867] 2013, p. 721).

Essa dimensão cultural da relação social de produção e das formas de exploração alcança ainda outro significado quando nos atemos ao que Marx chama de “grau de cultura” de um país. Ou seja, Marx nos aponta o caminho para descermos ao nível de abstração da formação econômico-social, deixando o campo mais abstrato das determinações gerais do modo de produção capitalista e buscando sua particularização histórica concreta, em formações com distintos “graus de cultura” e distintos níveis de desenvolvimento das forças produtivas. Aqui fazemos a passagem às particularidades do capitalismo dependente.

Para os principais formuladores da teoria marxista da dependência, o capitalismo dependente seria a forma particular que assume o modo de produção capitalista nas formações econômico-sociais latino-americanas (BAMBIRRA [1972] 2012; MARINI, [1973] 2005a; DOS SANTOS, [1978] 2018). Ou seja, teríamos uma particularidade histórica do modo de produção da vida material na América Latina. O capitalismo dependente enquanto modo de vida particular, com sua formação histórica e suas leis de tendência particulares. Evidentemente que isso não significa um novo modo de produção distinto do capitalismo, mas seria, precisamente, a forma particular que o modo de produção capitalista, enquanto sistema mundial, assume ao se concretizar historicamente nos países dependentes.

A integração da América Latina ao mercado mundial a submete ao modo de produção capitalista, que, no entanto, apresenta um desenvolvimento desigual no plano das formações econômico-sociais concretas. Essa relação entre nações capitalistas integradas ao mercado mundial e sujeitas ao desenvolvimento desigual se configura como uma relação de dominação-dependência entre nações formalmente independentes. Tais relações de dependência, por sua vez, não são externas aos países dependentes, pelo contrário, se concretizam em formações econômico-sociais dependentes. Isto é, a dependência condiciona o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, formando um capitalismo dependente.

Marini ([1973] 2005a) busca aplicar o método de Marx ao estudo do capitalismo dependente: partindo da esfera da circulação, avança para a esfera da produção e, por fim, faz a síntese entre produção e circulação, ao retornar à esfera da circulação no momento de realização da produção. Nesse procedimento explicita as leis de tendência particulares do capitalismo dependente: transferência de valor via troca desigual na esfera da circulação do mercado mundial; superexploração como forma particular de exploração da força de trabalho; e cisão do ciclo do capital no capitalismo dependente⁴.

A transferência de valor via troca desigual implica uma transferência de mais-valor da burguesia dependente para a burguesia imperialista, enfraquecendo a apropriação de valor nos países dependentes. Como forma de compensação, a burguesia dependente impõe a superexploração à classe trabalhadora, extraindo o mais-valor com graus de exploração mais elevados. Tal superexploração implica uma redução do fundo de consumo da classe trabalhadora, rebaixando suas condições de vida e cristalizando uma cisão no ciclo do capital, segregando o mercado interno entre a esfera alta e a esfera baixa do consumo, gerando problemas de realização no capitalismo dependente.

Seguindo de perto o método de Marx, Marini ([1973] 2005a; [1973] 2005b) dará centralidade à esfera da produção, entendendo a superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência e apresentando seus elementos centrais: intensificação do processo de trabalho; prolongação da jornada de trabalho; e expropriação de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, com a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor de reprodução. Ou seja, tais fatores impõem à classe trabalhadora do capitalismo dependente condições muito rebaixadas de vida e, como vimos, seus meios de subsistência e sua reprodução social configuram uma cultura de classe particular. Em síntese, nos marcos do capitalismo dependente a cultura da classe trabalhadora apresenta particularidades, determinadas pela superexploração da força de trabalho.

De forma mais ampla, toda a cultura dos países dependentes será condicionada pela dependência cultural: seja na particularidade do capitalismo dependente enquanto modo de produção da vida material, um modo de vida particular; seja nas distintas culturas de classe da sociedade burguesa. Partindo dessa formulação geral, gostaria de levantar alguns apontamentos no sentido de uma interpretação da dependência cultural nos termos da teoria marxista da dependência.

Cultura e formação colonial: antecedentes do capitalismo dependente

Theotônio dos Santos (1991) nos dá um caminho para interpretar o desenvolvimento cultural da América Latina. Começando pelo momento histórico e pela forma que assume sua integração ao sistema capitalista mundial, estabelecendo uma relação entre a colonização europeia e a formação econômico-social preexistente. Originadas desse choque civilizacional, as formações coloniais serão a base concreta sobre a qual se edifica o capitalismo dependente latino-americano.

A análise do desenvolvimento cultural de nossos países tem de partir dessa problemática básica:

1. a chegada da onda colonizadora ocidental na etapa do capitalismo mercantil, do capitalismo de livre câmbio ou do monopólio com distintas formas e efeitos socioeconômicos;
2. o caráter da formação social preexistente a esta chegada e o grau de sua força cultural e enraizamento [...];
3. o tipo de relação que se estabeleceu a partir desse encontro histórico e sua evolução como parte do sistema capitalista mundial e como formação social específica cuja evolução segue leis específicas de desenvolvimento [...]. (DOS SANTOS, 1991, p. 61)

Deste modo, é preciso partir das formações coloniais para captar as particularidades da transição ao capitalismo na América Latina, que darão origem a formações econômico-sociais dependentes. Como disse Marini ([1973] 2005b, p. 182): “as sobrevivências dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam todavia em grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente”.

Assim, devemos interpretar a formação histórica do capitalismo dependente latino-americano se quisermos compreender certas particularidades da dependência, em especial a dependência cultural. Um ponto fundamental da análise do desenvolvimento cultural latino-americano é a formação do povo e da cultura nos diferentes países. Não há homogeneidade na região, os casos concretos tomaram formas variadas de acordo com as características dos povos originários e o tipo de colonização em cada território. Segundo Enrique Dussel, a Ameríndia é o ponto de partida de toda a cultura latino-americana, devendo, entretanto, ser diferenciada:

[...] devemos distinguir claramente diversos níveis de profundidade no desenvolvimento cultural da Ameríndia. Para simplificar, indicaremos pelo menos três: as culturas nômades ou não-sedentárias do norte da América do Norte e do sul da América do Sul (caçadores, pescadores e outros); os plantadores ou aqueles que constituem aldeias; e as culturas propriamente urbanas das planícies e montanhas, dos astecas e maias até os chibchas ou incas, entre outros. Estes três tipos culturais determinarão a história posterior em muitos aspectos fundamentais. (DUSSEL, 1997, p. 182)

Guardadas as devidas singularidades, é possível extrair uma determinação mais geral do processo de formação do povo e da cultura latino-americana. Darcy Ribeiro ([1969] 1983) analisa a transfiguração dos diferentes povos originários da América Latina promovida pela colonização⁵. Mesmo submetidos à escravidão e ao genocídio, os povos originários constituem a base elementar do povo latino-americano. Outra matriz fundamental é o gigantesco influxo de diferentes povos africanos escravizados na era colonial, uma verdadeira diáspora africana nas Américas. Segundo Darcy, ambas matrizes sofreram um processo de deculturação e aculturação, subjugados pelas forças coloniais europeias: deculturação ao serem retirados de sua base cultural original e aculturação ao serem inseridos em outra base cultural, regida pela colonização. Portanto, a matriz europeia, com suas diferenças internas, será a matriz politicamente dominante na formação dos povos e da cultura latino-americana.

Esse sistema de dominação entre povos de diferentes matrizes étnico-raciais vai ser o alicerce sobre o qual se formará o capitalismo dependente, tendo algumas particularidades. Podemos argumentar, com Darcy Ribeiro ([1969] 1983), que, no momento de sua transição ao capitalismo, as formações coloniais latino-americanas assumiram um marcado corte étnico-racial na gênese de suas classes fundamentais. Ou seja, a classe trabalhadora latino-americana é majoritariamente constituída pelas matrizes dos povos ameríndios e dos povos africanos. Enquanto a burguesia latino-americana tem sua raiz na matriz dos povos europeus dominantes.

Evidentemente que essa caracterização geral sofrerá mudanças significativas na singularidade dos casos concretos, em especial com o grande fluxo migratório de europeus e asiáticos ao longo do século 19 e início do século 20, modificando sensivelmente, em alguns casos, as características da classe trabalhadora latino-americana. Mas o importante a destacar aqui é que essas matrizes étnico-raciais são também matrizes

culturais, o que vai dar à classe trabalhadora dos países latino-americanos não só um corpo próprio, uma forma material concreta para a mercadoria força de trabalho, mas vai lhe dar também uma cultura particular. Portanto, o modo de vida da classe trabalhadora será herdeiro das tradições culturais ameríndias e africanas, em sua cultura de resistência social⁶. E como o modo de vida é fundamental para a determinação do valor da força de trabalho, temos aqui um elemento cultural importante na dinâmica da superexploração no capitalismo dependente.

Como vimos, Marx ([1867] 2013, p. 246) pondera que o valor da força de trabalho depende de “sob quais condições, e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe de trabalhadores livres num determinado local”⁷. No contexto do capitalismo dependente, isso significa que a proibição, a perseguição e a criminalização das culturas ameríndias e afrolatinoamericanas são um elemento central no sistema de dominação burguês, e que o racismo estrutural⁸ – também na forma do racismo cultural – se afirma como um fator político-cultural determinante para o pagamento de salários abaixo do valor de reprodução da força de trabalho, ou seja, para sua superexploração.

Silvio de Almeida (2018) sintetiza:

O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição “biológica” de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias. [...]

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador [...]. (ALMEIDA, 2018, p. 135)

Cultura e economia exportadora: a transição ao capitalismo dependente

No momento de sua transição ao capitalismo, a América Latina assume progressivamente a forma de uma economia exportadora capitalista ao longo do século 19, se integrando ao mercado mundial em expansão. Com a Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa no final do século 18, abre-se um longo ciclo de consolidação da revolução burguesa na Europa, que seguirá pela primeira metade do século 19. Nesse contexto, ocorrem os movimentos de independência da América Latina, ainda no rescaldo das guerras napoleônicas. No decorrer do século 19 se formam os Estados e as economias nacionais latino-americanas, configurando sua função econômica no sistema capitalista mundial sob hegemonia inglesa.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, [1973] 2005a, p. 141)

A integração subordinada da região ao mercado mundial determinará os rumos de seu desenvolvimento capitalista, implicando uma estrutura socioeconômica particular. Os países latino-americanos assumem a função de exportadores de alimentos e matérias-primas na divisão internacional do trabalho sob hegemonia inglesa. Marini ([1973] 2005a) destaca o papel específico dessas exportações, que

facilitam a redução progressiva do custo de reprodução da força de trabalho nos países dominantes, viabilizando a passagem da exploração fundada no mais-valor absoluto para o mais-valor relativo, além de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro nesses países.

Sob controle da burguesia dominante dos países imperialistas foi estabelecida a divisão internacional do trabalho, na qual alimentos e matérias-primas da América Latina possibilitaram a redução do preço de alimentos consumidos pela classe trabalhadora dos países industrializados. Assim como também possibilitou a redução do preço das matérias-primas utilizadas na produção dos bens-salário, significando uma redução global do valor da força de trabalho, isto é, do capital variável. Estamos aqui no terreno da produção de mais-valor relativo, com a redução do tempo de trabalho necessário e aumento relativo do tempo de trabalho excedente na jornada de trabalho.

Essa passagem do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo nas formas de exploração dos países industrializados foi acompanhada de um enorme incremento na produtividade do trabalho, com o advento da maquinaria. Assim, há uma modificação na composição orgânica do capital, com mais capital constante (máquinas, equipamentos, instalações, energia, matérias-primas etc.) em relação ao capital variável (força de trabalho), questão central na tendência à queda da taxa de lucro. Marini ([1973] 2005a) argumenta que caberá às economias latino-americanas essa função essencial de baratear os preços das matérias-primas, reduzindo também o valor do capital constante e atenuando a tendência à queda da taxa de lucro.

Resumindo, por caminhos diferentes e complementares, os alimentos e matérias-primas exportados pela América Latina ajudaram a impulsionar a acumulação de capital nos países imperialistas: seja reduzindo o preço dos alimentos e dos bens-salário que compõem o custo de reprodução da força de trabalho, viabilizando a extração de mais-valor relativo; seja reduzindo o preço das matérias-primas em geral da produção industrial, possibilitando uma redução do valor do capital constante e ajudando a contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro na indústria.

Nessa dinâmica da acumulação de capital nos países imperialistas está o segredo da troca desigual – que na América Latina toma a aparência de uma deterioração dos termos de intercâmbio, na conceituação estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). Marini ([1973] 2005a) busca as raízes da troca desigual nas funções desempenhadas pelas exportações latino-americanas na divisão internacional do trabalho e na acumulação de capital em escala mundial, ambas controladas pela burguesia dos países imperialistas. Seja por meio de diferenciais de produtividade ou por meio de monopólios de produção, os países imperialistas lograram impor aos países dependentes uma transferência de valor via preços no mercado mundial. Estamos diante de uma relação de poder, na qual a burguesia dos países imperialistas impõe à burguesia dependente uma troca de não-equivalentes, com diferença entre o valor produzido e o valor apropriado por cada uma das partes⁹.

Frente à queda constante dos preços de exportação, a burguesia dependente busca meios de compensação. Uma primeira forma seria o aumento da produção, tentando compensar, via aumento do valor produzido e realizado, a perda sofrida no valor apropriado. Marini ([1973] 2005a) argumenta que a transferência de valor é também uma transferência de mais-valor, de modo que a burguesia dependente

busca compensar essa perda de mais-valor aumentando a exploração da força de trabalho. Aqui adentramos a esfera da produção, na qual a superexploração tem um papel central.

Gostaria agora de analisar mais detalhadamente esse processo de integração subordinada ao mercado mundial em sua dimensão cultural. Um primeiro ponto diz respeito ao impacto da produção primária da América Latina na cultura da classe trabalhadora dos países dominantes. Pensando as exportações enquanto valores de uso específicos, podemos perceber o impacto da produção latino-americana de café, carne, açúcar, algodão, tabaco, banana etc. no modo de vida e na reprodução da classe trabalhadora dos países dominantes. Trata-se de uma profunda modificação de sua cultura de classe em função dos interesses burgueses, com a modificação dos meios de subsistência atrelada ao barateamento dos bens-salário e à redução do custo de reprodução da força de trabalho. Ou seja, a passagem à forma de exploração via mais-valor relativo significou não só um aumento abstrato da valorização do capital nos países imperialistas, mas também uma mudança cultural concreta de amplo alcance no modo de vida da classe trabalhadora desses países, com a introdução de novos meios de subsistência, entendidos como meios de vida.

No que diz respeito aos países dependentes, enquanto economias exportadoras, assumiram plenamente seu lugar na divisão internacional do trabalho, exportando alimentos e matérias-primas e importando bens industriais produzidos pelos países dominantes. Temos aqui uma cisão no ciclo do capital nas economias dependentes, nas quais a grande produção capitalista local tem como destino o mercado mundial, enquanto boa parte do mercado local é abastecido por produtos importados. Em termos culturais, isso representa uma dinâmica de mudança no modo de produção da vida material em função do desenvolvimento das forças produtivas dos países imperialistas, um dos traços distintivos da dependência cultural. Vejamos.

Ao se adequarem à exportação primária em larga escala, as economias dependentes organizam todo um sistema de produção voltado para o mercado mundial. Esse sistema de produção assume uma forma material, ou melhor, assume a forma de um padrão de reprodução do capital com características concretas específicas, como apresenta Jaime Osorio:

Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos – adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz.

A integração da valorização com as formas materiais que assume ao encarnar-se em determinados valores de uso constitui um dos problemas que a noção de padrão de reprodução do capital permite enfrentar [...]. (OSORIO, 2012, p. 42).

Com o desenvolvimento do padrão primário-exportador no século 19, territórios inteiros serão remodelados sob os designios da valorização do capital: as relações sociais de produção serão alteradas, vigorando progressivamente o assalariamento; a força de trabalho desempenhará um processo de trabalho determinado; os meios de trabalho terão formas materiais próprias; as mercadorias para exportação ganharão uma distinção clara frente às mercadorias para o mercado interno etc. Isto é, através de um

determinado padrão de reprodução do capital, o capitalismo dependente vai tomando sua forma concreta enquanto uma formação econômico-social dependente. Todo o modo de produção da vida material será condicionado pela dependência, implicando uma alteração profunda no modo de vida, na cultura do capitalismo dependente.

Ao controlarem o desenvolvimento tecnológico, expresso na industrialização, os países dominantes controlaram junto o processo de mudança da vida material, elaborando tanto os novos bens de consumo quanto os novos bens de produção que conduzem a reprodução social. Assim, a dependência tecnológica se configura também como uma dependência cultural, na medida em que condiciona o desenvolvimento das forças produtivas e o padrão de consumo das economias dependentes¹⁰.

Essa alteração global da vida material no capitalismo dependente toma formas diferentes de acordo com as condições de classe, sendo bem distintas para a classe trabalhadora e para a burguesia. Vinculada à matriz cultural europeia, a burguesia dependente latino-americana trata de importar os bens de consumo suntuário vigentes na cultura burguesa hegemônica, criando uma clara distinção para seu modo de vida, sua cultura de classe, dentro da sociedade dependente. Ao importar valores de uso concretos, a burguesia tenta reproduzir internamente o modo de vida burguês hegemônico no sistema mundial, pagando preços elevados por essa modernização dependente – um consumo de luxo fundado no mais-valor extraído com a superexploração. Como há um monopólio de produção de certos bens suntuários por parte da burguesia imperialista, a tentativa da burguesia dependente reproduzir o modo de vida burguês hegemônico viabiliza a realização a preços elevados dos bens de consumo suntuários no mercado mundial, acentuando a transferência de valor via troca desigual.

Por outro lado, a cisão do ciclo do capital significa que a grande produção capitalista sob controle da burguesia dependente não se direciona ao mercado interno, mas sim ao mercado mundial. Sem depender do mercado interno para realizar sua produção de mercadorias, a burguesia dependente impõe à classe trabalhadora formas de exploração que inviabilizam seu consumo de subsistência. A classe trabalhadora se vê alijada da possibilidade de garantir sua reprodução social via mercado, momento fundamental da formação dos mercados internos. Aqui temos um ponto central na teoria econômica e social latino-americana: a restrição do mercado interno.

A superexploração, enquanto forma particular de exploração no capitalismo dependente, condiciona a relação entre produção e circulação, marcando a cisão do ciclo do capital. Primeiro como acentuação da exploração para compensar a transferência de mais-valor no mercado mundial, depois como redução do consumo da classe trabalhadora dos países dependentes. Tendo seu fundo de consumo usurpado pelo capital, a classe trabalhadora busca práticas de autoprodução de subsistência que garantam sua reprodução social. Constituída pelas matrizes culturais ameríndias e afrolatinoamericanas, a cultura da classe trabalhadora dependente, seu modo de vida particular, mobiliza formas tradicionais de produção de subsistência. Ocupação de territórios, produção comunitária de moradias, produção doméstica de alimentos, cuidado coletivo de crianças, meios de transporte e comunicação alternativos etc. são formas de viabilizar a reprodução social sem a necessidade de mediação do mercado. Uma produção própria de valores de uso a fim de suprir necessidades materiais imediatas¹¹.

Tal produção própria de valores de uso pela classe trabalhadora significa que parte do custo de reprodução da força de trabalho ocorre parcialmente nas margens do mercado, muitas vezes sem ser efetivado como mercadoria, sem ter um valor de troca, ou um preço em dinheiro. Logo, essa autoprodução de subsistência, esse trabalho reprodutivo não-remunerado, majoritariamente exercido por mulheres, viabiliza o rebaixamento do valor da força de trabalho, pois garante sua reprodução social mesmo quando o pagamento de salários está abaixo de seu custo de reprodução, momento importante para caracterizar a superexploração da força de trabalho.

Em termos de modos de vida e culturas de classe, podemos perceber que a burguesia vai tentando reproduzir internamente o modo de vida burguês hegemônico no sistema mundial, enquanto a classe trabalhadora vive no mais agudo pauperismo. A tendência, observada por Marx, para a formação de modos de vida, de culturas de classe distintas no capitalismo em geral, opera de forma acentuada no capitalismo dependente, onde a tendência ao pauperismo da classe trabalhadora é reforçada pela superexploração, com salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, [1973] 2005a, p. 164)

Pensando a particularidade do capitalismo dependente, podemos argumentar que a cisão radical entre as culturas da burguesia e da classe trabalhadora se expressa também como uma cisão entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação. Ou seja, tendo modos de vida diferentes, com distintos meios de subsistência, burguesia e classe trabalhadora formam mercados segmentados, onde cada qual consome mercadorias específicas: bens suntuários e bens-salário. Assim, a própria definição das diferentes formas de consumo deve passar pela dimensão cultural do modo de vida das classes, especialmente quando tratamos do capitalismo dependente.

É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros que disso deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações. A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas da circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores – que o sistema se esforça por restringir –, se baseia na produção interna; a esfera “alta” da circulação, própria dos não-trabalhadores – que é aquela que o sistema tende a ampliar –, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, [1973] 2005a, p. 164-165)

Essa estratificação do mercado interno em função das diferentes culturas de classe, terá um papel fundamental no progressivo direcionamento do sistema de produção para atender a demanda por bens de consumo suntuários da burguesia, o setor mais dinâmico do mercado, a esfera alta da circulação. Assim, a economia exportadora, enquanto forma concreta que assume o capitalismo dependente, deixará uma marca

indelével na formação econômico-social latino-americana: ela será a base sobre a qual se desenvolverá a industrialização dependente, condicionada pela dependência cultural.

Cultura e industrialização: desenvolvimento do capitalismo dependente

No momento em que o sistema mundial faz a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, ocorre em alguns países da América Latina um processo de industrialização dependente¹². Esse processo de industrialização tem seus primeiros passos nas últimas décadas do século 19, se intensificando mais no início do século 20. A transição entre o padrão primário-exportador de reprodução do capital e o padrão industrial apresenta particularidades nos países dependentes, especialmente pelo fato da industrialização ter sido originada no seio da economia exportadora, trazendo em si algumas contradições.

Nas primeiras décadas de constituição do imperialismo, enquanto etapa superior do capitalismo, a exportação de capitais se destinou especialmente ao controle das fontes de alimentos e matérias-primas¹³, função principal das economias dependentes na acumulação de capital no sistema mundial naquele momento. Assim, a incipiente indústria de bens de consumo para o mercado interno terá uma participação significativa do capital nacional, acumulado a partir da produção primária para exportação, e em busca de um mercado interno formado pela expansão da massa salarial paga pelo setor exportador a sua força de trabalho. Outra função da indústria nascente será o apoio à produção de exportação, com fornecimento de bens intermediários. Temos, assim, um vínculo de origem entre industrialização dependente e exportação primária.

Progressivamente vai ocorrendo uma mudança na função de algumas economias dependentes no sistema mundial, formando também um importante mercado para a indústria de bens de capital dos países imperialistas. “A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial” (MARINI, [1973] 2005a, p. 174). Para viabilizar a necessidade crescente de importação de bens de capital, a burguesia industrial se ampara na geração de divisas internacionais pela exportação primária, fechando-se o círculo da industrialização dependente.

Politicamente, essa articulação entre indústria e exportação primária, gerou o pacto de compromisso entre burguesia industrial e burguesia agroexportadora, que dominou o padrão industrial internalizado em alguns países latino-americanos entre as décadas de 1930 e 1950. Num momento histórico de crise do capitalismo liberal e da hegemonia inglesa no sistema mundial, com maior autonomia relativa dos países dependentes, especialmente no período entre guerras mundiais, houve a possibilidade de ascensão da burguesia industrial à condição de classe dominante e de formulação de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista.

No entanto, a dependência foi condicionando a industrialização latino-americana, minando o projeto burguês de desenvolvimento nacional e acentuando a dependência tecnológica, que agora avança do plano dos bens de consumo para o plano dos bens de capital. Isto é, se a relação de dependência se

expressou antes numa troca desigual entre bens de consumo industrializados dos países dominantes e alimentos e matérias-primas dos países dependentes; com o desenvolvimento do capitalismo dependente e sua industrialização, a dependência tecnológica passará a se expressar numa importação crescente de bens de capital destinados a ampliar a produção industrial local de bens de consumo.

A introdução de tecnologias de produção elaboradas em outros contextos histórico-sociais tem implicações na produtividade do trabalho e na capacidade de absorção de trabalhadores por parte da indústria. Ao aumentar a composição orgânica do capital, os novos meios de produção adotados tendem a reduzir relativamente a força de trabalho empregada em relação ao capital total, minando a capacidade da industrialização dependente absorver plenamente a força de trabalho liberada do campo e migrante para as cidades. Sem contar com um setor produtor de bens de capital próprio, a industrialização dependente desvia sua demanda por bens de capital para os países imperialistas, fortalecendo esse setor e assumindo sua nova função no sistema mundial.

Isso significa que nos países dependentes a indústria de bens de consumo responde sozinha pela quase totalidade dos empregos industriais, sem contar com um expressivo mercado de trabalho ligado à indústria de bens de capital. No entanto, ao adotar tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho e reduzem a absorção relativa de trabalhadores, o setor industrial produtor de bens de consumo não garante pleno emprego para o proletariado urbano-industrial, formando uma superpopulação relativa nos centros urbanos. Ou seja, a tendência da acumulação capitalista criar um exército industrial de reserva é acentuada no capitalismo dependente, reforçando a pressão para rebaixamento dos salários e perpetuando a superexploração da força de trabalho (MARINI, [1979] 2012).

Mais uma vez, observa-se uma mudança significativa do modo de produção da vida material no capitalismo dependente, ao adotar um novo padrão de reprodução do capital, materializado em formações econômico-sociais industriais dependentes (LUCE, 2018). Um elemento sociocultural marcante do período será a acentuada migração campo-cidade, com a plena formação das classes fundamentais do capitalismo industrial: burguesia industrial e proletariado urbano-industrial. Com a modificação de suas culturas de classe, com distintos modos de vida, consumindo diferentes meios de subsistência e com padrões de consumo radicalmente diferenciados em bens suntuários e bens-salário. Enquanto a burguesia dependente se esforça em absorver o modo de vida burguês, eurocêntrico, hegemônico no sistema mundial, a classe trabalhadora luta para se adaptar à vida urbana, tentando reproduzir nas cidades parte do modo de vida rural em que foi socializada, oriundo das matrizes culturais ameríndias e afrolatinoamericanas – uma cultura de resistência.

Fenômeno observado na origem das favelas dos grandes centros urbanos da América Latina, com características próprias quanto à ocupação do território, à autoprodução de subsistência, moradia, alimentação, enfim, quanto à reprodução social do proletariado urbano-industrial em formação no capitalismo dependente. Para além da produção imediata de subsistência, o modo de vida da classe trabalhadora, sua cultura de classe, vai gerar também laços de sociabilidade, identidades de grupo, produção cultural específica etc., que serão a origem da cultura popular urbana latino-americana.

Com a industrialização dependente, também vai ocorrer uma mudança significativa na cultura laboral da classe trabalhadora. Ao serem adotados os meios de produção gerados nos países dominantes, são alterados os processos de trabalho, avançando a introdução da maquinaria e aprofundando a subsunção real da força de trabalho ao capital. A cultura laboral do proletariado urbano-industrial latino-americano vai sendo incorporada à maquinaria enquanto elemento do capital, reduzindo o controle do trabalhador sobre seu processo de trabalho, deixando-o mais suscetível ao aumento do ritmo e da intensidade do trabalho, elementos importantes da superexploração.

A dependência tecnológica demonstra sua outra face enquanto dependência cultural. Se os bens de consumo importados alteram o modo de vida da burguesia dependente, a importação de bens de capital vai alterar a cultura laboral da classe trabalhadora, demandando uma mudança em sua formação profissional e em sua educação de forma geral. Outra mudança cultural fundada no desenvolvimento das forças produtivas dos países imperialistas, que geram e exportam os meios de produção que vão subsidiar a industrialização dependente.

O que ficou conhecido na interpretação desenvolvimentista como processo de industrialização por substituição de importações, seria, portanto, um momento de reprodução ampliada da dependência, condicionado pela dependência cultural, que visa reproduzir internamente o padrão de consumo e os processos de produção originados nos países imperialistas. O modo de vida burguês hegemônico no sistema mundial, enquanto horizonte cultural da burguesia dependente, será parcialmente reproduzido, no entanto, ao custo de acentuar a superexploração da força de trabalho e as contradições específicas do capitalismo dependente.

Um novo momento histórico de desenvolvimento do capitalismo dependente irá se abrir no pós segunda guerra mundial, com a consolidação da hegemonia dos EUA e a integração monopólica mundial dos sistemas de produção. Nos termos da tipologia de Vânia Bambirra ([1972] 2012), os países de tipo B iniciam sua industrialização a partir da exportação de capitais imperialistas, enquanto os países de tipo A aprofundam sua industrialização para os setores de bens de consumo durável e bens de capital, amparados na associação entre capitais nacionais e capitais estrangeiros. Politicamente, perde-se a perspectiva de um projeto burguês de desenvolvimento nacional, transmutado num projeto de desenvolvimento dependente e associado ao capital imperialista.

Theotônio dos Santos ([1978] 2018) interpreta a mudança do perfil de atuação da exportação de capital na América Latina como a caracterização de uma nova dependência, na medida em que os capitais estrangeiros reduzem sua participação relativa no setor primário-exportador e aumentam sua participação no setor industrial latino-americano. Com a consolidação da hegemonia estadunidense, se estabelece uma nova divisão internacional do trabalho, com inserção diferenciada dos países dependentes de maior desenvolvimento industrial. Jaime Osorio (2012) denomina esse novo momento do padrão industrial de reprodução do capital como uma etapa de integração ao capital estrangeiro, com o ponto de inflexão na década de 1950 e perdurando até fins da década de 1970.

Com a integração monopólica dos sistemas de produção e a mudança de perfil da exportação de capital imperialista, ocorre uma divisão entre os setores industriais nas economias dependentes: o capital

nacional privado se concentra na produção de bens de consumo simples, formado grosso modo por bens-salário; enquanto o capital estrangeiro atua mais fortemente na indústria de bens de consumo durável, formado grosso modo por bens suntuários. Como a superexploração tende a reduzir o fundo de consumo da classe trabalhadora, o setor produtor de bens-salário, comandado pelo capital nacional, enfrenta constantes problemas de realização (MARINI [1969] 2012). Já o setor de bens de consumo durável, produtor de bens suntuários e comandado pelo capital imperialista, se depara com um mercado relativamente dinâmico constituído pelo mais-valor apropriado por setores burgueses. Essa divisão de setores e capitais, conhecida na literatura desenvolvimentista por indústrias tradicionais e indústrias dinâmicas, conduzirá a industrialização dependente, reproduzindo de forma ampliada a dependência e dando novos contornos à dependência cultural, expressa também na cisão das esferas da circulação.

[...] o que se impõe é novamente o afastamento entre ambas as esferas, uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. (MARINI, 2005a, p. 178)

O direcionamento da industrialização para os setores produtores de bens suntuários afasta o aparato produtivo das necessidades imediatas de consumo da classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo, cria novas necessidades de consumo que tendem a ser progressivamente difundidas. Fato marcante nesse momento será o surgimento da indústria cultural nos países dependentes de industrialização mais avançada. O desenvolvimento desigual do capitalismo se expressa num processo de industrialização desigual, não só dos diferentes países, mas também das diferentes esferas de produção da vida material. De modo que se forma tardiamente a indústria cultural, com a progressiva acumulação de capital impondo a transição entre artesanato, manufatura e grande indústria também na produção cultural, viabilizando finalmente a produção em massa de mercadorias culturais.

Historicamente, a indústria cultural surge no sistema capitalista mundial a partir da segunda revolução industrial, nas últimas décadas do século 19, sendo controlada pelos países imperialistas. Configura-se, então, uma divisão internacional do trabalho cultural, com alguns países produtores e exportadores de bens culturais industrializados e um contingente enorme de países consumidores de mercadorias culturais imperialistas. Para o capitalismo dependente latino-americano, isso significou uma intensificação da transferência de valor via troca desigual, uma vez que os países imperialistas possuíam o monopólio da produção em massa de mercadorias culturais no mercado mundial.

Já a consolidação da indústria cultural imperialista no período entre guerras do século 20 e sua posterior expansão mundial pós segunda guerra mundial coincidem historicamente com a industrialização dos países dependentes de economia mais complexa. A exportação de capital dos países imperialistas será um dos elementos dinâmicos da industrialização dependente no pós guerra, particularmente importante para a indústria de bens de consumo durável. E é exatamente nesse setor que podemos enquadrar a indústria cultural mais pujante, como a indústria cinematográfica, a indústria fonográfica, a indústria televisiva ou a indústria editorial.

Nos países dependentes onde avançou o processo de industrialização amparado pelo capital imperialista, há o desenvolvimento da indústria cultural local no pós segunda guerra mundial. Cabendo à burguesia dependente um papel subordinado e associado ao capital imperialista, reproduzindo internamente as formas culturais dominantes no mercado mundial. Essa indústria cultural dependente terá um papel complexo em termos de difusão da ideologia dominante e legitimação da hegemonia da burguesia imperialista no sistema mundial e da burguesia dependente em cada país. “Do ponto de vista social e político, o processo de monopolização, concentração e centralização também se expressa no nível dos mecanismos de controle social em geral e nos instrumentos de formação cultural e de opinião pública, como a imprensa, o rádio, a televisão, os jornais” (BAMBIRRA, [1972] 2012, pp. 216-217).

A indústria cultural se relaciona, assim, com os sistemas de dominação, atuando especialmente no controle do tempo livre da classe trabalhadora, invadindo sua cultura enquanto modo de vida. Ao mesmo tempo, isso significa uma mercantilização das formas de uso do tempo livre, para fazer dos espaços do lar e do lazer também espaços de acumulação de capital. César Bolaño (2000) distingue essas duas formas importantes da indústria cultural, enquanto elemento de mediação social e de veiculação de informação: a propaganda e a publicidade. Nesses termos, a indústria cultural serve tanto como meio de propaganda política das classes dominantes, subsidiando a difusão de sua ideologia e consolidando sua hegemonia junto às classes subalternas; quanto a indústria cultural também serve como meio de publicidade para a indústria de bens de consumo durável, integrando os mercados nacionais via sistemas de comunicação da massa e promovendo a monopolização dos mercados internos latino-americanos pelo capital imperialista e pelos capitais nacionais associados.

Além disso, as mensagens culturais dos meios de comunicação de massa vêm carregadas de alienação e recolonizam nossas populações por meios mais radicais. A maior parte dos programas de televisão e dos filmes que chegam aos setores populares são criados nos países dominantes, refletindo seus padrões culturais, modelos de conduta, estilos de consumo, modos de vida, valores estranhos a uma realidade subdesenvolvida, tradicional, pobre, tecnologicamente atrasada etc. (DOS SANTOS, 1991, p. 69)

Temos aqui um ponto central da dependência cultural. Para além da produção de bens de consumo durável vinculados à indústria cultural, como aparelhos de rádio e televisão, também a produção de conteúdo será dominada pelo capital imperialista. Isso significa a perpetuação da troca desigual no mercado mundial de mercadorias culturais de massa, com transferência de valor para os países imperialistas. Já em termos político-culturais, significa a difusão da ideologia dominante no sistema mundial, consolidando a hegemonia dos EUA e também difundindo o modo de vida burguês hegemônico como modelo a ser reproduzido.

Nos países dependentes de industrialização avançada haverá uma produção de conteúdo local, que contará com a associação entre capitais imperialistas e nacionais. Essa produção local tentará reproduzir internamente as formas dominantes da indústria cultural, mas será fortemente alimentada pelas expressões culturais populares, oriundas da cultura popular urbana formada a partir das matrizes ameríndias e afrolatinoamericanas. Na busca de consolidar mercados de massa e também na busca de uma originalidade

própria, a burguesia dependente vai se nutrir da cultura popular urbana para produzir mercadorias culturais de massa nos formatos estabelecidos no mercado mundial.

Um processo de incorporação¹⁴ da cultura popular à indústria cultural, onde a classe trabalhadora vai sendo alienada e expropriada de sua produção cultural, para se transformar em força de trabalho subsumida ao capital. Contraditoriamente, vai se abrindo espaço para a legitimação da cultura popular via mercado: o que outrora se apresentou como uma cultura de resistência, muitas vezes proibida e criminalizada, agora, sob o domínio do capital, se torna uma mercadoria cultural de massa com ampla circulação no mercado.

O progressivo desenvolvimento das forças produtivas da indústria cultural, junto aos processos de concentração e centralização do capital, irá impor a necessidade de ampliação dos mercados, seja via difusão das mercadorias culturais de massa junto à classe trabalhadora, seja via abertura e integração de mercados regionais, para além do mercado nacional já monopolizado. Em função da cisão entre esfera alta e esfera baixa da circulação, haverá uma dificuldade de transformação dos bens suntuários em bens-salário¹⁵, com a necessidade de realizar parte da produção cultural no mercado mundial. Por esse caminho, a integração cultural latino-americana tende a ser conduzida pelo capital monopolista da indústria cultural, assumindo a forma de uma integração do mercado regional.

Conclusão

Feito esse longo percurso de análise da relação entre cultura e capitalismo dependente, espero que tenha sido possível elucidar nessas notas uma contribuição para uma teoria marxista da dependência cultural. Em sentido de conclusão, gostaria de destacar alguns pontos que me parecem centrais, certo de que ainda merecem um tratamento mais extenso e detalhado.

Partindo da interpretação do modo de produção da vida material enquanto um modo de vida – uma cultura –, o capitalismo dependente seria a expressão particular do modo de produção capitalista na América Latina, marcando um modo de vida particular. Essa particularidade envolve as leis de tendência do capitalismo dependente, que conduzem o desenvolvimento histórico das formações econômico-sociais dependentes. Portanto, no capitalismo dependente, a formação das classes sociais e de suas culturas de classe é condicionada pela dependência cultural, colocando a cultura como uma questão central para a superexploração da força de trabalho.

Para interpretar a cultura do capitalismo dependente foi necessário analisar brevemente sua formação colonial, de modo a captar as principais matrizes étnico-raciais e culturais que compõem seus diferentes povos e, mais especificamente, suas classes sociais. A formação colonial será a base concreta sobre a qual se fará a transição ao capitalismo dependente, tendo fundamentado também a composição da classe trabalhadora latino-americana, herdeira das matrizes culturais ameríndias e africanas. Será essa classe trabalhadora concreta, cujo corpo se constitui em forma material da mercadoria força de trabalho, que sofrerá a superexploração, na qual o racismo estrutural joga um papel decisivo no rebaixamento das condições de vida e de trabalho – na deterioração do modo de vida da classe trabalhadora.

No momento da transição ao capitalismo dependente, seu padrão de reprodução do capital assume a forma de uma economia primário-exportadora, desempenhando funções específicas na acumulação de capital no plano do sistema mundial. Assim, as formações econômico-sociais dependentes transitarão para relações sociais de produção plenamente capitalistas e ganharão características concretas em termos produtos produzidos, processos de trabalho etc. Constitui-se então uma cultura, profundamente condicionada pela dependência cultural, que também condicionará os modos de vida da burguesia e da classe trabalhadora em formação. A reprodução social da força de trabalho se fará de acordo com seu modo de vida, sendo esse um campo de luta contra a superexploração.

Com o desenvolvimento do capitalismo dependente, alguns países avançam no processo de industrialização. Neles a produção interna de bens de consumo industrializados levará à necessidade de importar bens de capital dos países imperialistas. Por um lado, a adoção de meios de produção elaborados em outro contexto social gera diversos impactos na economia dependente, dentre eles a mudança da cultura laboral da classe trabalhadora, que deve se adaptar aos processos de trabalho da maquinaria, sujeita à subsunção real, com aumento do ritmo e da intensidade do trabalho, elementos da superexploração da força de trabalho. Por outro lado, a segregação de culturas de classe também se manifestará como diferentes esferas da circulação, com a cisão do mercado interno entre esfera alta e esfera baixa da circulação, divididas entre bens suntuários e bens-salário, sendo observados problemas de realização para os últimos.

O pós segunda guerra marca uma mudança na atuação da exportação de capital imperialista, rumando para a indústria latino-americana e se associando aos capitais nacionais. Nesse contexto surge a indústria cultural nos países dependentes, com um papel complexo, atuando tanto na consolidação da hegemonia das burguesias imperialista e dependente, quanto na integração dos mercados nacionais latino-americanos – promovendo a mercantilização e o controle do tempo livre, do lar e do lazer da classe trabalhadora. Com o avanço da acumulação de capital na indústria cultural há uma tendência para a monopolização dos mercados nacionais, seguida da progressiva integração do mercado regional, com a integração cultural latino-americana sendo promovida pelo capital monopolista da cultura.

Referências:

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDERSON, K. **Marx nas margens:** nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. Tradução de Allan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, [1972] 2012.
- BOLAÑO, C. **Indústria cultural:** informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec; Polis, 2000.
- BORJA, B. Desenvolvimento e política cultural: reflexões de Celso Furado no caminho do Ministério da Cultura. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, p. 39-56, 2019.
- BORJA, B. O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 56, p. 83-109, mai.-ago. 2020.
- DOS SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo:** o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Tradução de Diógenes Moura Breda. Florianópolis: Insular, [1978] 2018.

- DOS SANTOS, T. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- DUSSEL, E. Cultura latino-americana e filosofia da libertação. Em: DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Paulinas, 1997.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, [1845] 2010.
- FEDERICI, S. Notas sobre gênero em O Capital. Tradução de Giovanna Henrique Marcelino. **Cadernos Cemarc**, Campinas, n. 10, p. 83-111, 2017.
- FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, [1859] 1977.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, [1846] 2009.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. Em: TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. (orgs.), **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Tradução de Marcelo Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005a.
- MARINI, R. M. Sobre a Dialética da dependência. Em: TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. (orgs.), **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Tradução de Carlos Eduardo Martins. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005b.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. Em: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Tradução de Mathias Seibel Luce. São Paulo: Boitempo, [1979] 2012.
- MARINI, R. M. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, [1994] 2020.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, [1972] 2003.
- OLIVEIRA, F. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Em: OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. Em: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Tradução de Carla Ferreira e Mathias Seibel Luce. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, [1969] 1983.
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. Em: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Notas

¹ Poeta e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Coletivo Marxista da Rural (MAR – UFRRJ) e do Observatório Baixada Cultural (OBaC – IFRJ/UFRRJ). Coordenador da Escola Popular de Artes (EPA – UFRRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0033023657203189>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4813-7001>. E-mail: borja.bruno@gmail.com.

² Essa dimensão da cultura enquanto modo de vida, assim como a dimensão da cultura enquanto produção cultural, é melhor apresentada em BORJA (2020), *O capital e a cultura: elementos de economia política da cultura em Marx*.

³ Sílvia Federici faz uma crítica contundente a essa interpretação de Marx, argumentando que a produção da força de trabalho não é somente um consumo produtivo, mas se trata de um trabalho produtivo específico e historicamente determinado: o trabalho reprodutivo. E esse trabalho reprodutivo constitui um trabalho não-remunerado majoritariamente exercido por mulheres. Ver FEDERICI (2017), *Notas sobre gênero em O Capital*.

⁴ Para uma análise detalhada das leis de tendência do capitalismo dependente, ver LUCE (2018), *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*.

⁵ Darcy Riberio, em sua série de estudos de antropologia da civilização, apresenta uma tipologia dos povos americanos. Ver RIBEIRO ([1969] 1983), *As Américas e a civilização*.

⁶ Como disse Clóvis Moura ([1994] 2020, p. 236): “Durante a escravidão, no entanto, o negro transformou não apenas as suas religiões mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social”.

⁷ Kevin Anderson (2019), em *Marx nas Margens*, demonstra como evolui o pensamento de Marx sobre a chamada questão nacional em sua época. Especial atenção é dada à migração irlandesa para Inglaterra durante a revolução industrial, constituindo parte da classe trabalhadora inglesa e sofrendo uma exploração acentuada em função de sua origem e de sua cultura. No mais, tal tema já havia sido investigado de forma pioneira por Engels ([1845] 2010).

⁸ Sobre racismo estrutural, ver Silvio de Almeida, *O que é racismo estrutural?* (2018).

⁹ Luce (2018) apresenta detalhadamente a transferência de valor como intercâmbio desigual.

¹⁰ Celso Furtado, em diversos trabalhos, aponta essa conexão entre dependência tecnológica e dependência cultural. Da mesma forma, também analisa a mudança da cultura material dos países dependentes à luz da dependência cultural. Ver FURTADO (1964; 1974; 1978). Em BORJA (2019), analiso a concepção de Furtado sobre a dependência cultural.

¹¹ Francisco de Oliveira ([1972] 2003 e 1980) explora essas questões ao analisar o entrelaçamento entre o moderno e o arcaico nas economias dependentes, onde existem formas populares e informais de autoprodução dos meios de subsistência, uma produção própria de valores de uso.

¹² De acordo com a tipologia elaborada por Vânia Bambirra ([1972] 2012), em *O capitalismo dependente latino-americano*, a formulação que avanço aqui diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo industrial nos países de tipo A, com foco mais claro no Brasil.

¹³ Theotônio dos Santos ([1978] 2018) analisa detidamente a exportação de capital dos países imperialistas para a América Latina.

¹⁴ Williams (2011) define o processo de incorporação, pelo qual a cultura dominante constrói uma tradição seletiva, ao selecionar elementos culturais que possam subsidiar a consolidação de sua hegemonia.

¹⁵ Luce (2018) analisa esse prolongamento de tempo de existência suntuária dos bens no capitalismo dependente e suas consequências em termos do padrão de reprodução do capital.

Recebido em: 08 de abr. 2022

Aprovado em: 13 de abr. 2022